



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP)
II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)
ISSN:2317-8302

ÁREAS VERDES URBANAS: ASPECTOS DA GESTÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

KELLY CHAVES DE OLIVEIRA

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
kellychaves@gmail.com

JULIANA FURLANETO BENCHIMOL

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
ju_furlaneto@yahoo.com.br

MILENA DE MOURA RÉGIS

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
milenamregis@hotmail.com

ANA PAULA DO NASCIMENTO LAMANO FERREIRA

ana_paula@uninove.br



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

ÁREAS VERDES URBANAS: ASPECTOS DA GESTÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Resumo

O crescimento urbano desordenado tem gerado diversos problemas para as cidades. Um deles é a degradação da cobertura vegetal do espaço urbano, que pode desencadear problemas como enchentes, falta de conforto ambiental e de áreas de lazer. Neste contexto, as administrações públicas vêm cada vez mais buscando meios de reduzir estes problemas e melhorar a qualidade de vida da população, num formato de gestão mais sustentável. Este trabalho visa compreender as dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos da cidade de São Paulo na administração das praças públicas, que podem ser consideradas importantes espaços verdes urbanos, mas que também acumulam outras funções sociais e de lazer. Estas características acabam por tornas as praças desafios de gestão, onde se deve buscar encontrar um modo de conciliar a gestão destas características diversas da praça para que os benefícios proporcionados por este espaço possam ser sentidos em sua totalidade pela população.

Palavras-chave: Praças, Gestão Pública, Áreas Verdes Urbanas.

Abstract

The urban growth has created many problems for cities. One of those problems is the degradation of the vegetation cover of urban space, which can trigger problems such as flooding, lack of environmental comfort and leisure areas. In this context, governments are increasingly seeking ways to reduce these problems and improve the quality of life in a more sustainable management format. This work aims to understand the difficulties faced by public managers in the administration of public squares in the city of São Paulo, which can be considered important urban green spaces, but also accumulate other social and leisure functions. These features turn out the squares management challenges, where is need to seek a way to reconcile the management of these diverse characteristics of the square so that the benefits provided by this space can be felt by the entire population.

Keywords: Squares, Public Management, Urban Green Areas.



1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 70 as cidades brasileiras sofreram intensas transformações. O rápido crescimento e a carência de políticas eficazes de ordenação do desenvolvimento das cidades estão relacionados, na maioria das vezes, às inúmeras consequências da urbanização. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos do espaço urbano, relacionados às suas dimensões físico-territoriais e seus habitantes tornou-se uma preocupação para o planejamento e gestão urbana (Caporusso & Matias, 2008).

Ações de planejamento urbano modernas visam adotar medidas que permitam seu desenvolvimento de maneira sustentável (Vainer, 2013). Isto significa, entre outros aspectos, desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Embora os conceitos de sustentabilidade e qualidade de vida sejam vastos e diversos, os investimentos na ampliação e melhoria dos espaços verdes urbanos é algo frequente neste tipo de gestão (Acselrad, 2013). A possibilidade de usufruir destes espaços para a prática de atividades esportivas, de lazer e sociais é algo cada vez mais procurado por pessoas que vivem em grandes cidades por ser algo que reconhecidamente contribui para a melhoria da qualidade de vida.

Sabe-se que a urbanização acelerada e desordenada na cidade de São Paulo, SP, trouxe como consequência a redução das áreas verdes (Silva & Vargas, 2010). Hoje a prefeitura da cidade tenta desenvolver projetos para ampliar a oferta deste tipo de espaço para seus cidadãos.

Praças públicas tornam-se importantes objetos de estudo em virtude da presença marcante destas na composição dos espaços urbanos, levando-se em consideração a sua diversidade, seus usos por parcelas significativas da população mais carente e o descaso do poder público para com as mesmas. (Gomes & Soares, 2003)

Dessa forma é relevante uma política ambiental em relação à manutenção e revitalização de espaços verdes no Município de São Paulo. Diante do exposto acima o presente trabalho buscou identificar projetos e aspectos relacionados à gestão de praças públicas no município de São Paulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Urbanização e áreas verdes

Aspectos relacionados à temática ambiental vêm se tornando um assunto comum e prioritário na sociedade brasileira, principalmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 (Dias, 2004). Após esse evento, muito se fala sobre meio ambiente no Brasil, no entanto, ainda não é tão evidente a percepção que os indivíduos têm sobre o assunto (Fernandes *et al.*, 2004).

O Município de São Paulo se insere no contexto de degradação ambiental das cidades brasileiras. Assim como outras metrópoles, São Paulo teve um crescimento acelerado e desordenado com investimentos concentrados em infraestrutura que garantissem a evolução e modernidade da metrópole, especialmente com a criação de vias que cruzavam a cidade ligando o centro aos bairros periféricos (Leme, 2012; Feldman, 2005).

Neste contexto áreas verdes urbanas foram negligenciadas, sofrendo degradação e conseqüentemente redução de sua extensão, alterando a biodiversidade (Silva & Vargas, 2010). Segundo Loboda e De Angelis (2005), o desenvolvimento acelerado dos centros urbanos, onde o espaço é considerado mercadoria, fez com que áreas públicas fossem vistas



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

com desdém ou até mesmo como um problema. Entretanto hoje está sendo reconhecido o valor e os benefícios que trazem para a população, culminando em investimentos tanto do setor público como privado. As cidades possuem poucas áreas verdes públicas, e mesmo quando existem, nem sempre a vegetação é um recurso utilizado. Estas áreas verdes cumprem funções relevantes como a de produzir oxigênio, esfriar o ar por meio de sua transpiração e absorver poluentes (Silva & Vargas, 2010).

Benini e Martin (2011) definem áreas verdes urbanas como sendo todo espaço livre (área verde / lazer) de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais. Como exemplos destes espaços estão as praças, parques, canteiros, jardins, etc. Dentre eles, destacam-se as praças que são locais públicos com função social, destinadas ao lazer, socialização e realização de atividades cívico-religiosas, com função também de embelezamento da cidade, por ter aspectos ornamentais (Silva, 2008). Podem ser ou não uma área verde, dependendo da existência ou não de vegetação.

As praças mostram-se exemplares importantes dessas áreas verdes urbanas por serem áreas de tamanho delimitado, o que permite que estejam espalhadas por bairros de uma cidade grande, como São Paulo, sem comprometer sua funcionalidade e ainda contribuindo para a melhoria da qualidade de vida local, permitindo uma melhoria da saúde física e mental da população e contribuindo para uma melhor qualidade do ar (Lee & Maheswaran, 2011).

Tal característica vai ao encontro do conceito mais amplo de áreas verdes urbanas de Benini e Martin (2011), o que deveria fazer com que o formato de praças públicas como espaços verdes fossem mais explorados e incentivados por administradores públicos, contribuindo para o cumprimento da legislação, melhoria da saúde pública, proteção ambiental e gestão sustentável (Haq, 2011; Dunn, 2010). Nesta mesma linha, Morero *et al.* (2007), sugere que a implantação de áreas verdes num contexto ambiental com sucesso requer a compreensão dos conflitos entre sua existência e a perspectiva de desenvolvimento das atividades humanas na região. Ou seja, áreas verdes em espaços públicos devem ser inseridas num contexto de planejamento ambiental. Cabe ainda destacar que os benefícios desses espaços só serão alcançados plenamente se a população se apropriar e participar ativamente (Tuan, 2012).

2.2 Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável

A administração pública se depara com a responsabilidade de atender necessidades múltiplas, resolver conflitos e promover o desenvolvimento. Numa abordagem mais moderna, é empregado o conceito de planejamento estratégico em gestão de cidades. Este conceito propõe um planejamento urbano que visa atender as necessidades empresariais, redução dos conflitos e possibilidade do exercício da cidadania. Procura ainda tornar a cidade capaz de atrair investimentos externos, ter um funcionamento eficiente e eficaz e cidadãos conscientes e atuantes em seu processo de evolução (Vainer, 2008).

Assim como nas empresas, há uma tendência oriunda de pressão social, para que o desenvolvimento das cidades seja norteador pelo desenvolvimento sustentável, o que gera conflitos, pois cada parte envolvida entende a sustentabilidade de forma diferente. Segundo Acsehrad (2013):

“Ao mesmo tempo em que verificamos uma “ambientalização” do debate sobre políticas urbanas, observamos também, um movimento de sentido oposto, com a entrada crescente do discurso ambiental no tratamento das questões urbanas, seja



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles, seja pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do Banco Mundial.”

Entretanto Costa (2011) relata que após uma constante discussão sobre o assunto passou-se a afirmar que não existe desenvolvimento que não seja sustentável, renegando tipos de gestão anteriormente adotados onde o desenvolvimento justificava os custos sociais e ambientais.

Dentre todos os ganhos possíveis a partir desse modelo de gestão pública, que engloba o conceito de planejamento estratégico, um dos mais visados é a qualidade de vida. Entende-se que a artificialidade do ambiente urbano afeta negativamente as pessoas, que buscam, a partir de então, reestabelecer um estilo de vida mais saudável, mais puro e equilibrado (Dunn, 2010). Esta qualidade de vida também se aplica a capacidade da infraestrutura urbana em atender a demanda da população. Isto implica na ideia de existir uma maneira de apropriação urbana do meio ambiente de forma que este seja respeitado e preservado e também de utilização democrática do espaço público, indo ao encontro com um conceito mais amplo de sustentabilidade, que engloba maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, ambientes mais dignos e saudáveis, compromisso com o futuro (Acsehrad, 2013; Costa, 2011).

2.3 Gestão de áreas verdes urbanas

A responsabilidade com as áreas verdes de São Paulo está dividida entre diferentes entes municipais: as subprefeituras, que cuidam das praças; a Secretaria de Esportes, que cuida de alguns Centros Desportivos Municipais; a Secretaria de Cultura que cuida de bibliotecas e de suas áreas adjacentes e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, responsável pelos parques e demais áreas verdes urbanas. Por ter sua gestão menos centralizada o objeto de estudo deste trabalho são as praças.

As praças mostram-se exemplares importantes de áreas verdes urbanas por serem áreas de tamanho delimitado, o que permite que estejam espalhadas por bairros de uma cidade grande sem comprometer sua funcionalidade e ainda contribuindo para a melhoria da qualidade de vida local, permitindo uma melhoria da saúde física e mental da população e contribuindo para uma melhor qualidade do ar (Lee & Maheswaran, 2011).

Praças são locais públicos com função social, destinada ao lazer, socialização e realização de atividades cívico-religiosas, com função também de embelezamento da cidade, por ter aspectos ornamentais (Silva, 2008).

Há uma pressão social, para que o desenvolvimento das cidades seja norteado pelo desenvolvimento sustentável, o que gera conflitos, pois cada parte envolvida entende a sustentabilidade de forma diferente. É necessário encontrar uma maneira de apropriação urbana do meio ambiente de forma que este seja respeitado e preservado e também de utilização democrática do espaço público, indo ao encontro com um conceito mais amplo de sustentabilidade (Ascelard, 2013).

Jacobi (2003) chama a atenção para o fortalecimento do espaço público e da abertura da gestão pública à participação da sociedade civil na elaboração de suas políticas públicas. Ou seja, defende a associação entre cidadania, democracia participativa, governabilidade e sustentabilidade.



3 METODOLOGIA

3.1 Levantamento de dados

Realizou-se entrevistas com pessoas envolvidas com a gestão de praças públicas para verificar as estratégias de planejamento e administração destes espaços. As perguntas realizadas procuravam: analisar as ações tomadas pela prefeitura em relação à gestão de áreas verdes da cidade, identificar a existência de projetos voltados para praças, analisar o envolvimento da população nestes projetos, categorizar as dificuldades encontradas na gestão das praças, analisar a percepção do gestor público sobre a ocupação das praças públicas.

Foi elaborado um questionário com 5 perguntas abertas que foi enviado por e-mail para os participantes escolhidos inicialmente. Solicitou-se que o entrevistado respondesse o questionário via e-mail ou telefone.

Foi entrevistada uma pessoa que trabalhou na secretaria de coordenação das subprefeituras, órgãos responsáveis pela gestão de praças da capital paulista, e uma pessoa da comunidade envolvida com um grupo social organizado para atuar junto ao poder público buscando melhorias nas praças de São Paulo. A ideia é comparar os dois discursos e verificar os pontos em comum e os pontos divergentes entre eles.

3.2 Análise das entrevistas

Os dados obtidos com as entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo que, segundo Capelle (2011), é uma técnica utilizada para a análise de dados coletados em campo e que permite a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos que serão avaliados pelo pesquisador de forma dedutiva e inferente. A principal característica deste método é a interpretação quantitativa de dados qualitativos, padronizando e transformando os dados coletados em formato passível de análise científica (Freitas *et al.*, 1996). O objetivo é a compreensão da construção de significados existentes nos discursos dos entrevistados (Silva, 2011).

Neste caso em específico o objetivo é a reunião de informações a respeito da gestão de praças e seus problemas, por isso, a análise feita será mais exploratória e não quantitativa. O que se pretende é realçar e comparar os dados obtidos nas respostas de cada um dos participantes.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira pergunta do questionário buscava saber como é feita a gestão de áreas verdes urbanas em São Paulo e se há alguma estratégia específica para praças. Ambos os respondentes apontaram para uma desorganização neste quesito, pois a gestão e manutenção de praças é dividida com as subprefeituras, dependendo da atividade desempenhada, como segurança, poda, limpeza, reformas, etc. Há um consenso também que a falta de um órgão que faça uma gestão mais ampla e organizada destes espaços é um dos grandes desafios enfrentados.

A segunda pergunta foi relacionada à existência de projetos voltados para a gestão de praças na cidade de São Paulo. Ambos os entrevistados afirmaram hoje não existir um projeto específico para a gestão de praças. Entre 2005 e 2006 existiu um projeto que visava a parceria entre prefeitura e empresas privadas na reestruturação e manutenção de praças. O órgão público definiria o projeto que seria executado pela empresa privada. 60% das praças na



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

região central da cidade foram revitalizadas a partir deste projeto, que infelizmente não avançou por burocracias e desinteresse dos órgãos públicos envolvidos.

Atualmente está em fase de elaboração e discussão um projeto de lei que visa regulamentar a gestão de praças na cidade, determinando funções e criando mecanismos de envolvimento da população neste processo. Também há um projeto do movimento Boa Praça em parceria com a Bienal de Arquitetura no qual arquitetos se unirão a população com o objetivo de criar projetos para praças locais, que depois serão executados em parceria com empresas privadas.

A pergunta seguinte era saber se há o envolvimento da população em algum momento do processo de gestão das praças públicas. Novamente ambas as respostas mostram que esta é uma questão difícil, mas importante. Nos projetos executados entre 2005 e 2006 nas praças da região central da cidade o envolvimento da população existiu e os projetos eram discutidos previamente com a comunidade local. Os pequenos comércios do entorno eram convidados a serem os parceiros no projeto, também como uma forma de envolvimento da população. Já em relação ao projeto de lei que está sendo elaborado, o ponto atual da discussão é exatamente como integrar a população. Isso porque se entende que a preservação deste espaço se dá pelo uso e este uso só acontecerá se o ambiente atender as necessidades da população. Do contrário será um investimento de recursos que não trará resultados e o espaço voltará a ficar degradado novamente. Por isso a importância de se estabelecer bem um canal de consulta da população que seja realmente eficaz.

Foi perguntado em seguida sobre o que, na visão do entrevistado, leva a população a frequentar as praças públicas. Segundo a pessoa representante do grupo social, as motivações são diversas. Este grupo realizou uma pesquisa buscando entender essa questão e as principais respostas foram passear com o cachorro, levar os filhos para brincar e apreciar a paisagem, ou seja, por estas respostas pode-se entender que o lazer é a principal motivação manifestada. Entretanto, este grupo se organizou visando criar uma motivação extra, que é a interação social com a comunidade, resgatando então uma das funções originais das praças, algo que se perdeu ao longo do tempo. O outro entrevistado apontou para o descaso dos órgãos públicos em relação a estes espaços, que contribui para seu abandono e degradação.

A última questão visava conhecer quais as dificuldades enfrentadas na gestão de praças públicas. Os entrevistados apontaram para problemas distintos, mas que se complementam. Como já apontado anteriormente, a falta de uma gestão integrada é um ponto. Outro ponto é o tamanho da cidade, que conta com muitas áreas verdes e baixo orçamento para investimento nestes espaços. Isto acaba decorrendo em outro ponto, que é a concorrência destes espaços públicos de lazer com empreendimentos de lazer privados, como shopping centers, que acabam sendo priorizados pela gestão pública e pela população.

Outra dificuldade enfrentada na gestão é a origem destes espaços, que muitas vezes são “restos de terreno” que não puderam ser ocupados e outra forma por serem áreas de declive ou de nascentes, por exemplo. Isto faz com que as praças tenham características e formas muito diferentes e tais características por si só, podem ser o grande entrave para sua utilização pela população.

5 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de serem de instituições diferentes e até mesmo opostas, as informações fornecidas pelos entrevistados estavam direcionadas para pontos semelhantes. Isto nos permite perceber que as dificuldades enfrentadas na gestão de praças são sentidas de forma semelhante tanto pelos atuantes nos órgãos públicos como pelos representantes da população local.



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

As praças em si representam uma questão de difícil gestão para o poder público pelas características que apresentam. Além de serem consideradas áreas verdes, as praças acumulam uma função social importante, que atrai o interesse da comunidade local e de empresas. Este pode ser um ponto importante e que pode dar bons resultados, conforme exemplificado por relatos de parcerias dados pelos entrevistados.

O envolvimento da população neste processo de gestão também se mostra importante de acordo com as entrevistas, mas ao mesmo tempo, de difícil alcance uma vez que os anseios de cada comunidade são diferentes, o que dificulta a replicação de um mesmo projeto por toda a cidade. O ideal seria a adequação do projeto para cada praça de acordo com suas características físicas e com os anseios da população de seu entorno. Isto poderia encarecer os projetos, mas também, pode ser uma forma de se conseguir um envolvimento da população a ponto desta se identificar tanto com o espaço que passará não só a frequentá-lo, mas também a cuidar dele.

A necessidade de uma gestão específica para este tipo de área verde se mostra necessária para que se possa obter resultados positivos a curto e longo prazo. Este novo projeto de lei a ser discutido nos traz uma esperança de que no futuro as praças de São Paulo tenham a importância e cuidado que merecem.

REFERÊNCIAS

- Acsegrad, H. (2013). Discurso da sustentabilidade urbana. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v.8.
- Benini, S. M. (2011). Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. Formação (Online), v.2, n.17.
- Caporusso, D.; & Matias, L. F. (2008). Áreas verdes urbanas: avaliação e proposta conceitual. Simpósio de Pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo, v.1.
- Costa, H. S. (2011). Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.2, p.55-71.
- Dias, G.F. (2004). Educação Ambiental: Princípios e práticas. São Paulo: Gaia.
- Dunn, A. D.(2010). Siting green infrastructure: legal and policy solutions to alleviate urban poverty and promote healthy communities. BC Env'tl. Aff. L. Rev., v.37, p.41.
- Feldman, S. (2005). Planejamento e zoneamento: São Paulo, 1947-1972. EdUSP.
- Fernandes, R. S., Souza, V. J., Pelissari, V. B., & Fernandes, S. T. (2004). Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. FCTH, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. Projeto Difusão Tecnológica em Recursos Hídricos. São Paulo.
- Freitas, H. M. R., Cunha, J.R., Moretti, M. V. & Moscarola, J. (1996). Pelo resgate de alguns princípios da análise de conteúdo: aplicação prática qualitativa em marketing. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração Programa de Pós-Graduação em Administração.



III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

- Gomes, M. A. S., Soares, B. R. (2003). A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. *Estudos Geográficos*, v.1, n.1, p.29-39.
- Haq, S. M. A. (2011). Urban green spaces and an integrative approach to sustainable environment. *Journal of environmental protection*, 2(05), 601.
- Jacobi, P. R. (2003). Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. *Sociedade e Estado*, v.18, n.1-2, p.315-338.
- Lee, A. C. K., Maheswaran, R. (2011). The health benefits of urban green spaces: a review of the evidence. *Journal of Public Health*, v.33, n.2, p.212-222.
- Leme, M. C. (2012). A Formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v.5, n.3.
- Loboda, C. R., De Angelis, B. L. D. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, v. 1, n. 1, p. 125-139.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre. v.22, n.37, p.7-32.
- Morero, A. M., Santos, R. F. & Fidalgo, E. C. C. (2007). Planejamento Ambiental de Áreas Verdes: Estudo de Caso em Campinas–SP. *Revista Instituto Florestal*, São Paulo. v.19, n.1, p. 19-30.
- Silva, C. R., Gobbi, B. C. & Simão, A. A. (2011). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. v.7, n.1.
- Silva, J. A. (2008). *Direito Urbanístico Brasileiro*. 5. ed. rev. São Paulo: Malheiros. p.476.
- Silva, C. F. R. & Vargas, M. A. M. (2010). Sustentabilidade Urbana: Raízes, Conceitos e Representações. *Scientia Plena*, v.6, n.3.
- Tuan, Y. (2012). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: EDUEL.
- Vainer, C. B. (2013). Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v.8.